


---

**ECOLOGIA**

---

**MAÍRA CABRAL MARTINS**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO E A  
IMPORTÂNCIA DA MULHER NA AGROECOLOGIA**



Rio Claro  
2016

MAÍRA CABRAL MARTINS

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO E A IMPORTÂNCIA DA  
MULHER NA AGROECOLOGIA

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vânia Silvia Rosolen

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Biociências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -  
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau  
de Ecóloga.

Rio Claro  
2016

581.5 Martins, Maíra Cabral  
M386r As relações de gênero no campo e a importância da  
mulher na agroecologia / Maíra Cabral Martins. - Rio Claro,  
2016  
29 f. : il., gráfs.

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade  
Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro  
Orientador: Vânia Silvia Rosolen

1. Ecologia vegetal. 2. Feminismo. 3. Agricultura  
sustentável. 4. Mulheres rurais. 5. Soberania. 6. Segurança  
alimentar. I. Título.

## RESUMO

Este projeto tem como objetivo esclarecer as fragilidades e injustiças das relações de gênero e em que âmbito essas foram concebidas. Aponta as contradições geradas pelo agronegócio como concentração de terra, subsídios governamentais, impactos ambientais e uso indiscriminado de insumos externos. Neste cenário, a agroecologia que faz uso de formas de manejo, propicia novas perspectivas no modo de vida e produção agrícola, com especial destaque para a participação da mulher nas atividades rurais, atendendo as necessidades de mudança do sistema produtivo vigente no meio rural, conduzindo um processo natural ao agroecossistema. Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais estão engajados e cientes dos impactos negativos da agricultura convencional e, entre outros aspectos, buscam romper com condições sexistas as quais elas são submetidas no âmbito privado e público. Para isso, serão realizadas revisões bibliográficas de documentos sistematizados por organizações ou autores individuais e análise de dados secundários referentes a estudos de gênero; na estrutura familiar e extensão rural. Com isso, pretende-se constatar se a agroecologia confere espaço físico e ideológico às mulheres rurais.

***Palavras-chave:*** *Mulheres rurais, Agroecologia, Soberania e segurança alimentar*

## **ABSTRACT**

This project intent to clarify the weaknesses and injustices of gender relations and in what context these were designed. Refers to the contradictions generated by agribusiness and land concentration, government subsidies, environmental impacts and indiscriminate use of external inputs. In this scenario, agroecology makes use of sustainable forms of management, provides new perspectives in the way of life and agricultural production, with special emphasis on women's participation in rural activities, meeting the changing needs of the current productive system in rural areas, leading a natural process to agroecosystem. The movements of rural women workers are engaged and aware of the negative impacts of conventional agriculture and, among other things, seek to break with sexist conditions which they are subjected in the private and public sphere. For this, bibliographic reviews of documents will be carried out systematized by organizations or individual authors and analysis of secondary data on gender studies; in family and rural extension structure. Thus, it is intended to establish whether agroecology provides physical and ideological space to rural women.

**Keywords:** *Rural Women, Agroecology, sovereignty and food security*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda e qualquer força espiritual que através de pessoas, plantas, bichos e outros fenômenos me ajudaram a crescer e chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, meu irmão e minha filhota Luna pelo apoio e por acreditarem que eu posso fazer qualquer coisa que eu queira e que eles estarão me apoiando, ou não. Mas independente disso, eu amo muito vocês! Sempre!

Agradeço a Pacha Mamma, minha República e família desde 2012 onde eu aprendi e continuo a aprender muitas coisas em todos os sentidos, dos mais diversificados Pachos que passaram por essa casa e suas formas de manifestação. Em especial para a Ziza, a Canazita, a Morangaço, ao Skank e ao Krill. E aos outros seres maravilhosos dessa casa: Cássia, Zuli, Beck e Jaya. Vocês são incríveis! Amo muito vocês.

Agradeço a Tradição e a Scoober pela cadeira velha de madeira que rasga calças, o paiero e o café para eu ler um jornal e fofocar. Amo vocês!

Agradeço a República Pança por me receber quase que diariamente e, em especial ao Azaghal. Um lindo Anão medieval que roubou meu coração. Te gosto que só!

Agradeço a professora Vânia pela incrível paciência, pelo companheirismo, pelas dicas e por entender minha deficiência científica.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	05
<b>2. MÉTODO</b> .....	07
<b>3. DESENVOLVIMENTO</b> .....	08
3.1. Crise no campo.....	08
3.2. O agroecossistema.....	08
3.3. O poder do pai.....	09
3.4. As relações de gênero.....	10
3.5. Desafios e avanços.....	13
3.6. Feminismo e agroecologia.....	15
3.7. Soberania alimentar e empoderamento.....	16
<b>4. RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	19
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	21
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	22
<b>7. ANEXOS</b> .....	27

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o princípio da humanidade, o ser humano precisou conhecer o seu ambiente, as forças vegetais e animais presentes e as ferramentas necessárias para modificá-lo (ODUM, 1983). A produção de alimentos, coleta de frutos, raízes e tubérculos parecia mais interessante e cômodo que as atividades anteriores (FERREIRA, 2015). Contudo com o avanço tecnológico atual, o ser humano passou a depender cada vez menos do ambiente natural e passou a transformá-lo cada vez mais, gerando grandes mudanças nos ecossistemas graças à sua incrível capacidade de consumir energia (ODUM, 1983). E não há melhor exemplo de domínio energético que a Revolução Industrial, marcada por novas descobertas cada vez mais rápidas e tecnologicamente sofisticadas nas sociedades modernas. O controle prático dessas formas de energia pareceu dar ao homem o poder de construir e destruir a natureza como bem entendesse (BRANCO, 1990).

As tecnologias voltadas para o progresso dos processos industriais foram muito bem servidas pelas descobertas da ciência moderna e sua aliada, a tecnologia. Ambas muito comprometidas com a lucratividade. No âmbito agropecuário, por exemplo, há sempre uma preferência pelas culturas voltadas para a exportação, que geram lucro para grandes corporações agrícolas e exportadoras (BONILLA, 1992). A mecanização, o melhoramento genético e os agroquímicos facilitam essas alterações, principalmente quando atreladas à forças políticas e econômicas nas transformações desses ambientes (ALTIERI, 2012). A ciência desagregou-se da sua capacidade de ser criativa e libertadora dos males sociais, gerando a nossa desigual sociedade de consumo (BONILLA, 1992), trazendo grande necessidade de uma agricultura sustentável e saudável dentro de agroecossistema. A agroecologia se apresenta como uma resposta a esse modelo abusivo, abrangendo experiências tradicionais e coletivas de diversos grupos sociais e culturais (FERREIRA, 2015).

A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil e é o principal fornecedor de alimentos como mandioca, feijão, milho e café, por exemplo (IBGE, 2006). E a contribuição da mulher nesse âmbito é constante e importante, contudo é desvalorizada pela atual sociedade que insiste na divisão sexual das tarefas, tornando invisível a contribuição econômica, social e cultural das mulheres (MAIA & LOPES, 2001).



Sendo assim, acredita-se que as construções sociais de interação na qual as mulheres estão submetidas foram construídas sobre bases consumistas e patriarcais de dominação. Injustas ambiental, social e economicamente e como seu reconhecimento – e dos outros – como construtora social pode transformar a dinâmica das relações entre o ser humano e ambiente.

## 2. MÉTODO

Nesta pesquisa foi utilizado o método qualitativo de avaliação, que segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2001) *“se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”*.

Essa vertente preocupa-se em compreender um contexto social, sem quantificar valores e trocas simbólicas, na tentativa de explicar o porquê dos reais aspectos (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32)

A pesquisa bibliográfica se propõe a compilar ideias já elaboradas por muitos autores que também trabalharam em cima dessa determinada questão. Para esse processo, foram analisados quarenta duas fontes, que variavam em consultas de livros e periódicos de bibliotecas e artigos diversos.

Durante o processo de levantamento bibliográfico, uma pesquisa exploratória foi realizada concomitantemente, sendo esta fundamental para uma familiarização com o tema, de modo a facilitar a construção de hipóteses (GIL, 2002).

Conseqüentemente, fatores que podem explicar a ocorrência do fenômeno descrito, foram identificados e ressaltados no texto. Explicando, nesse contexto, o porquê das coisas e dando abertura para uma pesquisa explicativa também (GIL, 2002).

Nesse processo, procurou-se entender a situação das relações sociais entre gêneros e a base ideológica na qual esta fora construída. Em seguida, como essa construção é refletida no meio rural e as crises geradas por processos de exploração e modificação do meio ambiente. E como a mulher, com toda a sua construção social, se encaixa nesse sistema e as conseqüências de sua participação numa construção sustentável de manejo agroecológico.

### **3. DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1. Crise no campo**

A agricultura convencional se desenvolveu durante o século XX, após a Segunda Guerra Mundial com financiamento de grandes instituições internacionais, estabelecendo um processo de manejo que ficou conhecido como Revolução Verde (SILIPRANDI, 2015) que visa a potencialização da produção e o lucro obtido, pautando-se em práticas básicas, tais como cultivo intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas, manipulação genética de plantas e irrigação (GLIESSMAN, 2005). Segundo George Martine (1991), a mudança na estrutura agrícola se deu graças

[...] a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc.

Desta forma, a produção de alimentos adquire um caráter industrial e o solo é apenas um mecanismo de sustentação e que quando submetido diversas vezes a esse processo, perde seu potencial nutritivo e pode ter sua matéria orgânica e demais nutrientes facilmente lixiviados, levando a terra a um esgotamento nutricional que tem de estar sempre sendo recuperado com insumos externos (GLIESSMAN, 2005).

Em outras palavras, a agricultura convencional se faz prejudicial para os ciclos ecológicos do ecossistema, afetando as interações entre organismos e seu meio biológico (GLIESSMAN, 2005). Pode também afetar interações sociais, fragilizando essas interações diante dos processos que acompanham esses sistemas (SANTOS, 19-?.), tais como grandes concentrações de terra, facilidade no acesso a políticas públicas e subsídios para os grandes produtores, aumento na divisão do trabalho (MARTINE, 1991).

#### **3.2. O agroecossistema**

Sistemas produtivos que adotam fundamentos agrícolas de cunho ecológico, como a agroecologia, abarcam conjuntos de práticas científicas e culturais; também dispõem de bases científicas para uma produção biodiversa, energeticamente viável, resiliente, socialmente

justo e vinculado à soberania alimentar, de modo a promover componentes benéficos ao ecossistema e regularizar as interações ecológicas (ALTIERI, 2012).

A agroecologia é reconhecida como uma ciência – e um modo de vida – multidisciplinar que se preocupa em observar e agir sobre o agroecossistema e no que lhe concerne, pode ser definido com um conjunto de interações, frequentemente manejada e catalisada pelo homem para a realização de atividades agrícolas, onde não são interessantes apenas os eventos ecológicos ocorrentes, mas também a influência do ser humano com seu aporte histórico e cultural (SILIPRANDI, 2015). Se preocupa em manter a identidade histórica dos saberes de uma comunidade e propõe uma perspectiva local no manejo e otimização dos usos da terra de forma participativa (GUZMÁN, 2001). Além de ter conhecimento dos processos e relações das comunidades, auxilia na administração do sistema adotado e evita impactos negativos (HECHT, 1993). Ressalta Susana Hecht (2002, p. 7):

[...] a agroecologia geralmente incorpora ideias sobre um enfoque da agricultura mais ligado ao meio ambiente e mais sensível socialmente: concentra não só na produção como também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção.

Um sistema ecológico é composto por diversas interações que formam uma unidade de contribuição mútua com níveis de organização para a estruturação de uma comunidade, do individual ao coletivo (ODUM, 1983). A agroecologia caminha nesse sentido, valorizando conhecimentos individuais e coletivos e a capacidade criativa de agricultores e agricultoras em relações harmoniosas e horizontais (ALTIERI, 2012). Sendo assim, nos cabe perguntar: Onde estão fundadas as relações de gênero?

### **3.3 O poder do pai**

O patriarcado desde sempre vem trabalhando num sistema de dominação em todas as estruturas estatais e sociais, dominando e violentando as mulheres e mantendo-as subordinadas às formas de divisão sexual do trabalho sob uma “autoridade de pai”. Contudo, é importante notar que a apropriação desse trabalho, quando não remunerado, é uma forma de exploração (PARADIS, 2014), pois exige total disponibilidade da mulher para atender às demandas familiares e raramente são reconhecidas por filhos, maridos e companheiros (SOF, 2016), deixando claro que assim

[...] nascia a propriedade particular[...]. A noção e o fato social da propriedade particular, intimamente ligados à noção de poder, cresceram e frutificaram abundantemente e um belo dia nasceu na cabeça de outro gênio da humanidade, agora maligno, a ideia de prender outros homens dentro de cerca: os escravos. Mas agora tratava-se de propriedade de *serviços* e não de coisas, de usar (mandar) as pessoas [...]. (GAIARSA, 1985, p. 82)

Durante todo o período da formação do conhecimento, os homens estiveram à frente no desenvolvimento pessoal, construindo e mantendo o ideal de estrutura de poder masculino sobre a sociedade (ver gráfico 3.3.1 do Anexo). Nesse sentido o ideal feminista busca romper com essa estrutura de coação, opressão e repressão nas relações ditas humanas, negando às mulheres prazeres e direitos, ao passo que alimenta uma sociedade de consumo doente e em decadência que incita o ódio e trabalha com desperdícios, exageros, desvalorização social, destruição da natureza (BUARQUE et al, 2002).

*“Com isso, o feminismo desafia o pensamento ocidental, dizendo que o Ocidente nem é um espelho do universo, nem a sua feição mais desenvolvida seria referência de lugar da felicidade”* (BUARQUE, 2002, p. 29) e dentro dessa construção social e que *“a identificação de qualquer elemento permanente nas suas estruturas de organização e de funcionamento refere-se, apenas, à supra-estrutura de poder, ou seja, ao poder patriarcal”* (BUARQUE, 2002, p. 31) e que

A expulsão do feminino como arquétipo do ser mulher, produz, inicialmente, a tendência de adaptar as mulheres aos modos de ser do masculino. A superação desse momento foi propiciada pela compreensão de que as mulheres tinham saberes e experiências a incorporar em todo o tecido social e para isso era preciso reconstruir a sociedade para que elas pudessem existir como seres plenos no seu interior, tanto despojadas de muitas condicionantes do feminino, quanto sem se submeterem às prerrogativas do modelo masculino de existência. (BUARQUE, 2002, p. 34).

### **3.4. As relações de gênero**

O termo gênero faz referência a uma criação social do indivíduo masculino e feminino, de modo a estruturar a construção do comportamento social individual, que desde sempre foi construído sobre uma sociedade patriarcal, com base na dominação e no controle por parte do masculino, estando em falta modelos femininos representativos públicos (SANTOS et al, 2006). Uma análise das relações de gênero, portanto, seria como políticas, programas e leis se desenvolvem para homens e mulheres e as estratégias elaboradas por esses agentes para

benefício próprio e social (ONU MULHERES, 2016). A ciência encontra grande dificuldade em escrever sobre as mulheres, pois sua presença na história é, quase sempre, apagada. Quando elas mesmas não o fazem, descrentes de seus grandes feitos durante a história da humanidade (PERROT, 2007).

Estudos referentes à participação feminina na pré-história sugerem que foram as mulheres as primeiras a realizarem atividades de coleta, de processamento e armazenamento dos alimentos, que progrediu para o cultivo proposital de horticulturas e os utensílios necessários para o manejo da terra, coletas, transporte e conservação; era a mulher a responsável pelo bem estar da comunidade, sendo atribuído a ela quase um poder divino (SANTOS et al, 2006). Porém, atualmente existe uma forte cultura de violência e exclusão feminina graças à cultura sexista, socialmente padronizado (SILIPRANDI, 2015). O ritmo de vida da mulher camponesa é determinada pelas necessidades domésticas e familiares, mediante uma forte divisão sexual do trabalho, sendo para elas a criação de animais, horta, produtos voltados para o autoconsumo, enquanto que para eles dominavam as atividades do campo e transações de mercado (PERROT, 2007).

Às mulheres eram conferidos os assuntos privados e reprodutivos, diretamente relacionados à família e a casa, enquanto que o homem se encaixava nos assuntos públicos e produtivos tomando pra si a responsabilidade dos bens de serviço do grupo familiar (ver gráfico 3.4.1 do Anexo), subordinando mulheres e crianças à sua autoridade (QUARESMA, 2015). Mesmo assim, facilmente encontram-se coincidências com as estruturas familiares atuais, pois as atividades domésticas parecem não quebrar a barreira do tempo, estando sempre relacionadas ao sexo feminino (PERROT, 2007).

O feminismo questiona essa divisão, expondo a relação entre produção e reprodução e criticando a visão que reduz a economia à economia mercantil. O espaço privado e as nossas relações pessoais também são políticas e o trabalho doméstico e de cuidados do cotidiano é também economia. (OXFAM, 2014, p.11)

Em tempos antigos, o saber não era condizente com o feminino, pois os assuntos cultos e filosóficos fizeram-se totalmente masculinos e às mulheres era ministrado “o suficiente”, moldadas na concepção dos deveres incumbidos a elas de futuras mães, esposas e donas-de-casa (PERROT, 2007). Há uma concepção de que o feminino é mais sensível e mais ligado à natureza, sendo essencial a ela o cuidado e a maternidade. Classificar homens e mulheres por suas características biológicas só reforça o comportamento social de opressão a

mulher, além de fazer parecer, para elas próprias, que sua posição subalterna é uma dádiva própria de sua formação e não uma forma de exploração do patriarcado (SILIPRANDI, 2015). Ressalta Lucy Woellner dos Santos et al (2006, p. 46)

A segregação institucional da mulher foi desde sempre acompanhada por teorias que pretendiam sustentá-la sob uma suposta base científica [...]. A ideia comum era de que a mulher era por natureza má, superficial, tola e estúpida, libidinosa e inconstante, e pouco apta, portanto, para o estudo.

O ser humano e natureza co-existem e ambos estão submetidos a movimentos de expansão e contração, criação e destruição contínuos, do qual está presente uma força criativa. Ciência e tecnologia romperam com essa ideia ao separar a natureza da humanidade, submetendo-a a sua vontade e facilitando o processo de destruição da natureza e do conhecimento feminino, suas atividades culturais, seus conhecimentos plurais e tradicionais; marginalizadas, perderam o acesso à recursos naturais para alimentação e sobrevivência (SHIVA, 1991). Ao rebelarem-se contra o sistema de exploração e homogeneização dos ambientes com a produção monocultora do mundo corporativo empregado e suas consequências, as mulheres tiveram de enfrentar a resistência dos próprios companheiros e maridos que valorizavam o dinheiro e o benefício pessoal (SILIPRANDI, 2015), pois os homens fazem as leis, não importa o âmbito, para terem benefícios pessoais desenvolvidos e realizados sob seu comando (AMENO, 2001).

No mercado de trabalho, o panorama também não se apresenta mais otimista. Há séculos existe uma forçada autoridade do homem como provedor do lar, de modo que fora imposto que a mulher não precisava e nem deveria ter renda. Apesar de grande maioria das mulheres ter desenvolvido atividades autogestionadas para independência financeira, sempre foram mal vistas socialmente (SEDLACEK; SANTOS, 1991).

Atividades como produção de alimentos e artesanato atribui a elas alguma renda para ajudar nas despesas da casa, além das atividades já realizadas em campo. Além de não terem direito à terra e acesso a livre comércio, algumas eram obrigadas pelos pais a trabalhar como criadas, em fábricas ou como domésticas, sem muitas perspectivas de mudanças no modo de vida (PERROT, 2007).

Com o passar do tempo, elas conseguiram visibilidade e direitos trabalhistas, além de terem a confiança de que todas as atividades desenvolvidas por homens também podem ser desenvolvidas por mulheres e muitos desses cargos já são ocupados por elas, mas sempre

acompanhados por um alto nível de discriminação. Tanto no que tange a qualidade mal definida das atividades criadas pra elas quanto à desigualdade salarial (PROBST, 2003).

Com isso, fica claro que papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho são determinações hierárquicas, de modo que as mulheres são subordinadas aos homens (ONU MULHERES, 2016).

### **3.5. Desafios e avanços**

O êxodo rural evidenciou a crise no campo, a crise na agricultura da América Latina e Brasil que impede o desenvolvimento econômico. O sistema capitalista de produção transformou a terra e os camponeses em produto de mercado, escorado na debilitada e tendenciosa produção monocultora, no latifúndio, descaso político, injustiça social e subordinação ao mercado estrangeiro (STEDILE, 2005) e para que trabalhadores rurais se tornassem livres para vender sua mão-de-obra era preciso que se desvinculassem do campo, e as relações capitalistas souberam fazer isso bem. A chamada acumulação primitiva separou o trabalhador de sua propriedade. Os agricultores e agricultoras vendiam sua força de trabalho para suprir, com dinheiro de salário, o que antes podiam produzir (MARX, 2013).

A concentração fundiária no Brasil é uma das maiores do mundo e tem efeito marcante sobre a sociedade (SILVA, 1997), com acelerados processos de crescimento econômico e expansão do agronegócio globalizado, que reorganizou o espaço e o meio natural e técnico pelo meio técnico-científico-informacional, descartando os saberes tradicionais e históricos (ELIAS, 2007). Deste modo, fica claro que a questão agrária se faz na tendência da relação do capital com o trabalho e o agronegócio, que investe em grandes corporações e no monocultivo, acreditando no fim do campesinato e na fragilidade das relações sociais no campo (FERNANDES, 2015). Ademais, o próprio capitalismo encarregou-se de trazer consigo as atuais crises ecológicas e sociais com as quais – uns mais que outros – lidamos diariamente. A espoliação dos trabalhadores rurais foi terrivelmente nefasta, desestabilizando uma organização política e social (STEDILE, 2005).

O domínio das tecnologias voltadas para o campo por parte dos homens – que visavam o lucro que essa atividade passou a gerar –, fez com que a participação econômica feminina, no fornecimento e produção de alimentos e outros cultivares, perdesse espaço e visibilidade (SANTOS et al, 2006). O capital e a participação feminina, quando voltados para



uma construção ambiental e social descente, são essenciais para a manutenção dos agroecossistemas e estruturação do mercado (ALVAREZ, 2014).

A organização do Coletivo Estadual de Mulheres da Federação de Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará, por exemplo, realizaram o I Congresso de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1991, com o objetivo de estimular trabalhadoras rurais a se filiarem nos sindicatos. Em 1996, foi sediada por elas em Fortaleza o I Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural com a participação de 21 países. Em 1997 a Campanha de Documentação *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento* é lançada pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (SALES, 2007).

Quando organizadas, as mulheres percebem a importância de suas atividades produtivas. Movimentos sociais feministas incentivam as a romper com a divisão de trabalhos e criam novas formas de reivindicação e organização social (SALES, 2007).

Para Agenita Ameno, sobreviver às condições as quais estamos submetidos é o desafio da vida. É preciso que se altere a natureza para dar-lhe novas características que nos beneficie, ou seja, uma “criação social” (AMENO, 2001, p.137-139). Quando os grupos humanos passaram a fixarem-se em lugares, passaram a se perguntar qual o significado de se desenvolver recursos se a morte é iminente. O instrumento que impulsionou esse homem foi a mulher, ela era capaz de gerar vida, eternizando a existência. O homem a aprisionou dentro de casa para que essa perpetuação não se perdesse e que as atividades domésticas ficassem em dia (AMENO, 2001).

Muitas vezes a existência do controle social passa despercebido aos indivíduos, pois [...] projetam as normas da sociedade que lhes parecem naturais (TORRE, 1971, p. 173)

Essa conjuntura, nem ao menos considera a mulher um indivíduo, uma cidadã com decisões e escolhas, simplesmente lhes impõe vontades e necessidades como uma falsa ideia de emancipação, como seu casamento arranjado pelos pais, por exemplo. O casamento era visto como uma forma de a mulher conseguir, mesmo que subalterna, pertencer à sociedade civil (PARADIS, 2014).

Contudo, quando pensamos essa sociedade civil econômica, a participação da mulher é extremamente importante. Não só para a economia propriamente dita, mas para a construção e estruturação de um corpo político (SOF, 2016).

Ser mulher é pertencer à uma pluralidade que só poderá se emancipar e construir em conjunto, quando o seu valor individual for reconhecido, quando tornarem-se sujeitos de sua própria história (KERGOAT, 2014). Para tanto, é preciso que as mulheres estejam engajadas em promover reformas sociais para ajudar a impulsionar o reconhecimento de seus esforços coletivos. Um corpo político que, dentro de suas circunstâncias, é capaz de mudar as relações em todos os meios que ocupa, até mesmo as capitalistas (AMENO, 2001). Quando unidas para idealizar e concretizar atividades de produção e comercialização como coletivo feminino, torna-se mais fácil enfrentar as dificuldades do âmbito familiar (SOF, 2016).

### **3.6. Feminismo e agroecologia**

Feminismo refere-se aos movimentos ou conjuntos de pensamentos político, filosófico e cultural que defendem a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres. Muitas vezes são alvo de conotações pejorativas, por entender-se que se trata do contrário de machismo. No entanto, ao contrário do machismo, que prega a superioridade do homem sobre a mulher, o feminismo prega a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. (ONU MULHERES, 2016, p. 21)

A agroecologia ofereceu uma visão diferente a algumas mulheres que decidiram questionar as posições sociais determinadas para elas. Contudo, essa iniciativa militante enfrenta uma construção pessoal como indivíduo que se percebe dominado e explorado sob condições de apropriação que se tornaram naturalizadas. As mudanças são muitas, mas pouco apoiadas, pois num primeiro momento não são claras na esfera familiar e cotidiana (CISNE, 2015). Portanto, é importante que a luta pela terra não se restrinja apenas à luta contra o agronegócio, mas que seja pela integração das relações familiares e visibilidade da participação feminina no processo criativo, pois são elas que mais conservam os conhecimentos tradicionais essenciais para a construção da agroecologia ou de qualquer outra organização social de cunho ecológico (SOF. 2016).

Historicamente as mulheres foram responsáveis pela segurança e soberania alimentar de suas famílias e sua própria. Seus conhecimentos tradicionais as tornaram mais íntimas da natureza que os homens (CAPANEMA et al, 2014). O manejo saudável do solo facilitou no processo de conservação da biodiversidade, domesticação de plantas e manutenção dessas espécies, protegida por uma diversidade cultural (SILIPRANDI, 2015). Essa é a real proposta da agroecologia: entender que um ecossistema saudável acaba por prover recursos para todas

as espécies que dela necessitam para viver e que as mulheres Essa solidariedade perpetua-se para outras gerações, assim como os recursos de boa qualidade dos quais irão fazer uso (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012). A agroecologia deixou de ser apenas um modelo, é também um paradigma de desenvolvimento em contraposição ao agronegócio. Vislumbra uma construção coletiva e descentralizada, rica em conhecimentos técnicos e tradicionais em harmonia com o ambiente em que se insere (SILIPRANDI, 2015).

A economia de autoconsumo é um importante instrumento na realização do trabalho feminino, seja na casa, com as pessoas com as quais realiza trocas e doações ou com a natureza (SOF, 2016). A soberania alimentar valoriza o acesso à terra, a autonomia e a economia solidária por parte dos agricultores em mercados locais, valoriza a produção local, os ciclos de consumo locais das redes de agricultores (ALTIERI, 2010). Além disso, requer uma cuidadosa produção e beneficiamento de sementes crioulas que consequentemente atribui diversidade ao sistema agrícola adotado. (MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, 2015) e como se tratava de uma atividade voltada para o autoconsumo e cuidado com a família, foi de interesse das mulheres selecionar as melhores variedades. Mantendo a biodiversidade e contribuindo para interações ecológicas saudáveis. (CAPANEMA et al, 2014).

Muitos agricultores tiveram de desapegar suas atividades culturais para se encaixar em padrão mercantil de preferências e exigências das grandes empresas, que controlam as sementes e a cadeia de alimentos (OXFAM, 2014). O distanciamento do produtor para o polo comercial só fez aumentar reorganização do espaço agrícola e as relações sociais, além de mudarem a composição técnica e orgânica da terra (ELIAS, 2007). O padrão de consumo tornou-se tão insustentável, que fica difícil para o pequeno produtor competir na produção e comercialização de produtos, além do descaso dessas grandes corporações com efeitos ambientais danosos – uso de máquinas, combustível fóssil, agrotóxicos, fertilizantes, desmatamento, etc. – para a saúde da terra e das comunidades e para as desigualdades sociais (OXFAM, 2014).

### **3.7. Soberania alimentar e empoderamento**

A soberania alimentar se entende como direito que os indivíduos têm acesso a alimentação de qualidade e em quantidade satisfatória (VIUDES, 2009).

O direito individual à alimentação se articula a uma dimensão social de como este alimento é produzido, considerando práticas que respeitam o meio ambiente, relações igualitárias entre as pessoas, o acesso aos recursos naturais envolvidos nesta produção, como a água, a terra, as sementes e os mercados locais. (VIUDES, 2009, p.18).

Por isso, outras necessidades básicas como água e terra e saúde são considerados em uma agricultura ambientalmente viável, em outras palavras, sugere a mudança do contexto social e econômico que valoriza a produção de mercado e os benefícios pessoais, por uma economia sustentável, que respeite a terra, os alimentos e quem os consome (OXFAM, 2014).

Contudo, o acesso à terra por parte das mulheres rurais ainda é uma questão mal resolvida. Ausência de documentos próprios e titularidades conjuntas faz com que as mulheres estejam subordinadas as escolhas do homem da casa (OXFAM, 2014). As mulheres atingidas por barragens, por exemplo, têm de recuperar a terra para retomar suas produções e na maior parte das vezes, essas atividades não são reconhecidas, pois a terra não estava sob sua titularidade (SOF, 2016).

Como se não bastasse o fato de não serem documentadas e não terem acesso à terra em que produzem, têm que enfrentar o descaso por parte da família e até de outros grupos de mulheres, por se ausentarem das atividades domésticas e se dedicarem à atividades alternativas e participação em coletivos de mulheres (SILIPRANDI, 2015), como organização de feiras de trocas e rodas de conversa para discutir assuntos, como inclusão, opressão, participação, resistência, expressão cultural, lazer, violência, saúde da mulher, políticas públicas, agronegócio, monocultura, meio ambiente (SOF, 2016). A abordagem desses assuntos ilustra a participação efetiva das mulheres na construção de um meio ambiente saudável e justo, além de explicitar a importância que dão para manutenção dos recursos naturais, essenciais para a produção de suas atividades. (FEDERICI, 2014).

A igualdade de gênero é um importante instrumento para que as mulheres possam contribuir com o meio ambiente, com a renda familiar e com o enriquecimento cultural. A igualdade nas oportunidades equilibra as relações entre homens e mulheres nas tomadas de decisões e na construção igualitária de políticas públicas (ver gráfico 3.7.1 do Anexo). O empoderamento feminino abarca muitas outras conquistas para si e para a família (BANCO MUNDIAL, 2012).

Empoderar significa ter competência de tomar decisões para sua vida, escolher suas atividades, ter confiança, ter autonomia. Empoderar homens e mulheres é essencial para a construção de uma economia justa e igualitária, um ambiente diverso e sustentável e relações democráticas, autônomas e solidárias. Deste modo, empoderar mulheres é mais que estabelecer metas de desenvolvimento, é um direito humano (UNIFEM, 2011).

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente, terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos — como terra e crédito — e capacitação técnica. (PACHECO, 2009, p.4)

Relações patriarcais machistas não condizem com a agroecologia, não se pode abordar uma questão sustentável, de diversidade e oportunidades onde se há mulheres sofrendo violências (ver gráficos 3.7.2 e 3.7.3 do Anexo) (SOF, 2016).

#### 4. RESULTADO E DISCUSSÃO

ODUM (1983), GLIESSMAN (2005), ALTIERI (2012) e BONILLA (1992) nos evidenciaram como se dá atualmente a construção as atuais condições da estrutura agrícola brasileira e como os processos de seu desenvolvimento desestabilizam toda uma cadeia de eventos energéticos no ecossistema. Ainda nessa linha, GUZMÁN (2001) nos ajudou a entender como o manejo sustentável da terra e a conservação de identidades históricas de comunidades é importante para restabelecer a condição orgânica e natural de um agroecossistema. Nesse contexto, Hecht (2002) também afirma estar na agroecologia, uma das respostas ao atual descaso com situação agrícola e os agricultores.

Toda a base sobre a qual o ideal de produção industrial e relações neoliberais foram construídas, sempre valorizaram a perspectiva masculina de dominação, como afirma PARADIS (2014) e que os demais seres que com o homem dividiam espaço, inclusive a mulher, mereciam título de dominados, explorados pelas mais variadas explicações, inclusive científicas, como bem explica BUARQUE (2002).

SANTOS et al (2006), ONU MULHERES (2016) e PERROT (2007) nos ajudam a entender que essa construção das relações de gênero feitas por homens para homens marcou a mulher como um ser incapaz de se instruir e interagir nas relações sociais públicas, de modo que cabia à ela somente o âmbito privado da relação. Isso quer dizer que a mulher era obrigada a lidar com os assuntos da casa e de cuidados com as pessoas pertencentes na estrutura familiar, enquanto que o homem tomou para si as relações públicas, como trabalhar na cidade e estar sempre se instruindo para acompanhar o desenvolvimento da sociedade moderna. Evidenciando, assim, a existência de uma forte estrutura hierárquica na construção de relações de gênero.

Todo esse contexto de exploração, da terra, dos seres vivos e da mulher por parte do patriarcado gerou uma grande desordem na estrutura agrícola, como afirma STEDILE (2005) e ELIAS (2007), pois a terra e os camponeses tornaram-se mercadorias e os conhecimentos até então mantidos e passados por gerações, foram substituídos por estudos científicos voltados para fortalecer a trama tecnológica. Sendo monocultura e agronegócio o sustento máximo para a perpetuação desses processos que, segundo FERNANDES (2015) e SILVA (1997) precisam estar intimamente vinculadas ao capitalismo.

AMENO (2001) e SOF (2016) afirmaram que nesse processo, os conhecimentos gerados pelo coletivo feminino foram perdidos na desenfreada busca pelo aprimoramento científico. Uma vez estando restritas aos cuidados com a casa e os parentes, possuía grande conhecimento de plantas medicinais; plantio, colheita, beneficiamento e manutenção de variedades de sementes; produção de artesanatos, etc. Ou seja, segurança e soberania alimentar na unidade familiar foi garantida pelo trabalho da mulher.

Ante à essa conjuntura SILIPRANDI (2015), CAPANEMA et al (2014), MMC (2015), OXFAM (2014) afirmaram estar na mulher e seus conhecimentos a revolução da construção abusiva e violenta na qual as interações se constroem, pois são elas que mais sofrem com a degradação do meio ambiente: perdem espaço para a realização de suas atividades e não conseguem participar efetivamente em lutas sociais, pela induzida falta de instrução e documentação.

Sendo assim, a UNIFEM (2011) e PACHECO (2009) apostam no empoderamento feminino. A equidade que o empoderamento traz para homens e mulheres poderá vir a tornarem mais sustentáveis, ambientalmente saudáveis e justas socialmente as relações no campo.

## 5. CONCLUSÃO

As relações de gênero estão arraigadas numa sociedade do consumo desenfreado, de benefícios próprios e descaso político, social e ambiental.

Relações machistas não podem ser absorvidas numa construção agroecológica que prega a harmonia entre seres e entre pessoas. Relações verticais desarticulam as pessoas e não dão espaço que demais envolvidos possam se sentir a vontade a colaborar com a construção de um sistema.

O feminismo não quer ocupar o lugar dos homens no poder, afinal bem se vê que essa posição em nenhum sentido foi saudável para o meio ambiente e as pessoas que nele vivem. O feminismo na agroecologia se preocupa em garantir a homens e mulheres direitos às condições saudáveis de sobrevivência.

Preocupar-se com as condições da terra em que se planta e na comida que se colhe e nas demais atividades que envolvem a unidade familiar é uma função coletiva. Homens e mulheres tem muito a oferecer no que tange a conhecimentos e atividades práticas, sendo assim, é direito de ambos estar a par das atividades que envolvem o seu nicho de atividade, não importa quantas e quais sejam essas e sim como cada um pode e deve contribuir.

"Loucos sempre vão existir, como os palhaços. São eles que não nos deixam esquecer que o ser humano é torto, o dinheiro é só um jogo e a violência é ridícula." Domingos Montagner



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. REVISTA NERA, América do Norte. v. 13, n. 16, 2012.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA. 3.ed, 2012.

ALVAREZ, S. Neoliberalismo e as trajetórias dos feminismos latino-americanos. **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista. p. 25, 2014.

AMENO, A. **Crítica à tolice feminina**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Igualdade de gênero e desenvolvimento: relatório sobre desenvolvimento mundial de 2012**. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/banco-mundial-lanca-relatorio-%E2%80%9Cigualdade-de-genero-e-desenvolvimento%E2%80%9D-no-dia-6-de-marco-em-brasilia/>> Acesso em: Agosto, 2016

BONILLA, J. A. **Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BRANCO, S. M. **Energia e o meio ambiente. Coleção polêmica**. São Paulo: Moderna. 7.ed., 1990.

BUARQUE, C. et al. **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero - Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

CAPANEMA, N. O. et al. Mulheres rurais e sua contribuição para a conservação da biodiversidade. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Espírito Santo. 2014.

ELIAS, D. **O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional**. In: MARAFON, G. J. et al. (org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

FEREDICI, S. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente.** In: A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo, Outras Expressões, 2015.

FERREIRA, T. C. Crise agrária e o papel da agroecologia: Uma revisão bibliográfica. **Revista Geografia em Atos. n. 15, v.01., 2015.** Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2869/2996>>. Acessado em: Maio, 2016.

GAIARSA, J. Â. **O que é corpo.** São Paulo: Editora Brasiliense S.A. p. 82, 1985.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: **Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** 3.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre. v. 2, n. 1. Jan./Mar., 2001.

HECHT, S. B. **A evolução do pensamento agroecológico. Agroecologia e desenvolvimento.** Los Angeles. v. n. 1, 1993.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>> Acesso em: Junho, 2016.

KERGOAT, D. **Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva.** Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

MAIA, C.; LOPES, M. F. **As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano.** Unimontes Científica. Montes Claros, v. 1, n. 1. 2001. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/12/9>>. Acessado em: Julho, 2016.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, São Paulo, n. 23, p. 7-37, 1991. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: Agosto, 2016.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Mulheres camponesas na defesa das sementes crioulas**, 2015. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/282>>. Acessado em: Março, 2016.

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Mulheres do campo construindo autonomia. Experiências de comercialização**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2016.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan S.A., 1983.

ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres: igualdade gera negócios**, 2016. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_WEPs\\_2016.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf)>. Acessado em: Setembro, 2016.

OXFAM. **Economia feminista e soberania alimentar: avanços e desafios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2009/01/10/soberania-alimentar-uma-resposta-as-mudancas-climaticas/>>. Acessado em: Abril, 2016. 2014.

PACHECO, M. E. L. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. Disponível em: <[http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=16920](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=16920)>. Acessado em: Agosto, 2016.

PARADIS, C. A luta política feminista para despatriarcalizar o estado e construir as bases para igualdade. **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. 2003. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acessado em: Dezembro, 2016.

QUARESMA, A. P. Mulheres e quintais agroflorestais: A "ajuda invisível" aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. 4.ed., 2015.

SALES, C. de M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Ver. Estud. Fem., Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443, Ago. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: Setembro, 2016.

SANTOS, L. W. dos; ICHIWAKA, E. Y.; CARGANO, D. de F. **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento**. Londrina: IAPAR., 2006.

SANTOS, M. [19-?] **Globalização e reforma agrária**. AGB-Infoma, Encarte Especial.

SEDLACEK, G. L; SANTOS, E. C. **A mulher conjugue no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar**. Brasília: Divisão de editoração e divulgação, 1991. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1368/1/td\\_0209.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1368/1/td_0209.pdf)>. Acessado em: Dezembro, 2016.

SHIVA, V. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Montevideu: Instituto des Tecer Mundo. p. 65, 1991.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando os campos, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, L. O. **As Leis agrárias e o latifúndio improdutivo**. São Paulo em Perspectiva, 11 (2), 1997.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda**. São Paulo: Expressão Popular. 4.ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular. 1.ed, 2005.

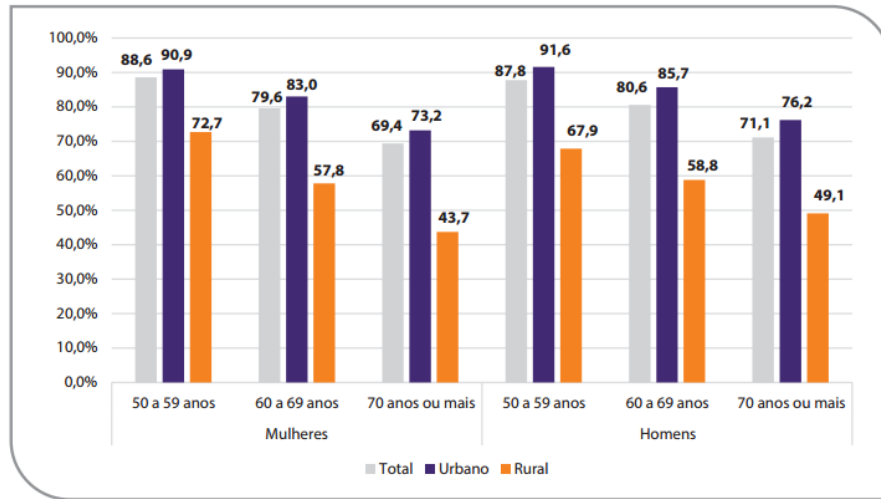
TORRE, M. B. L. D. **O homem e a sociedade: Uma introdução à sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres. **Princípio de empoderamento das mulheres: igualdade significa negócios.** 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/>> Acesso em: Agosto, 2016.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2012.

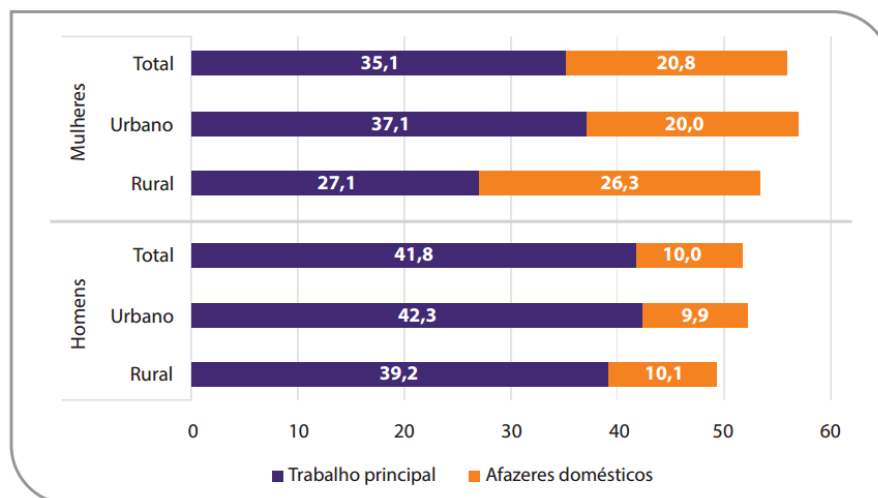
## 7. ANEXOS

**Gráfico 3.3.1** – Taxa de alfabetização, por sexo e situação do domicílio, segundo grupos de idade – Brasil – 2012



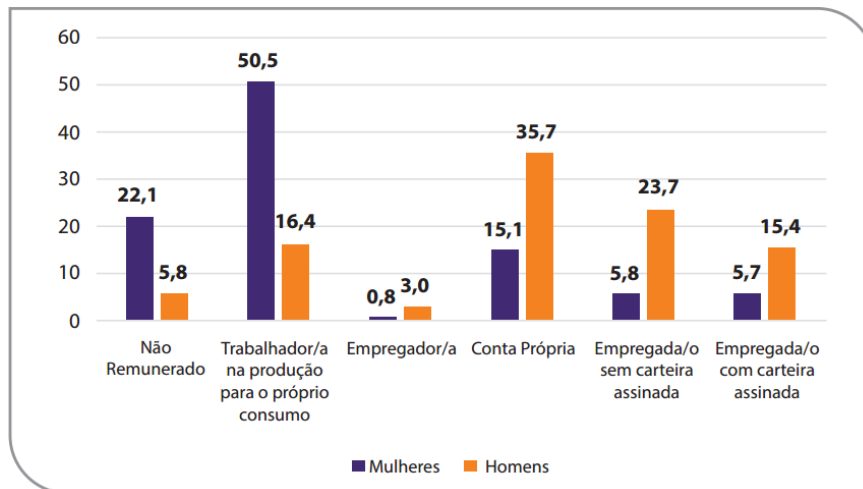
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012. Retirado de RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014.

**Gráfico 3.4.1** – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012



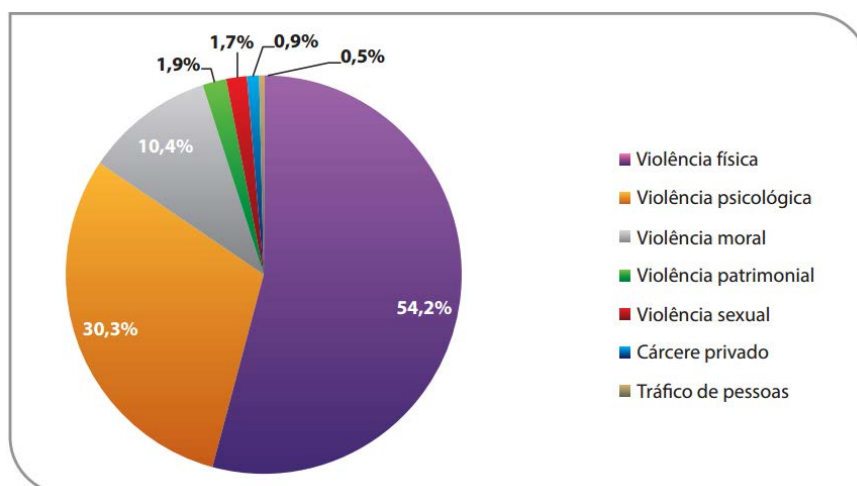
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012. Retirado de RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014.

**Gráfico 3.7.1** – Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no setor agrícola por sexo, segundo a posição na ocupação.



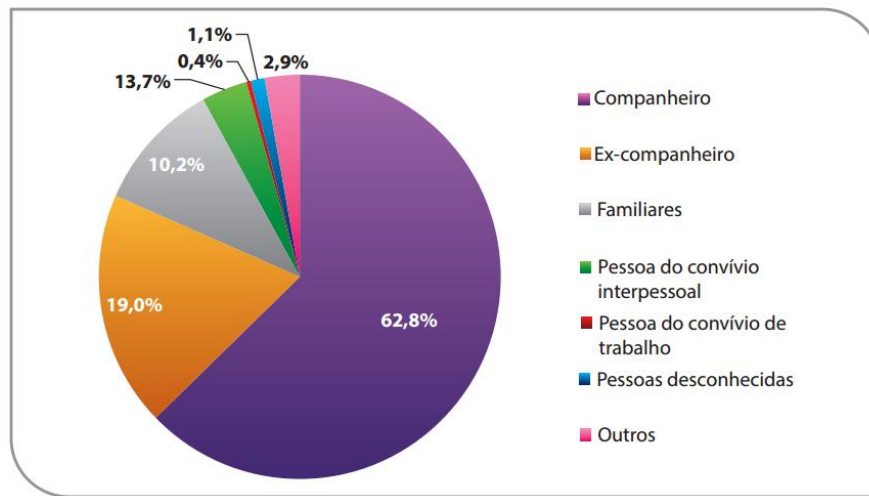
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012. Retirado de RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014.

**Gráfico 3.7.2** – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de violência - 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013. Retirado de RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014.

**Gráfico 3.7.3** – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a relação do agressor com a vítima – 2013.



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013. Retirado de RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014.

Nota: Na categoria “companheira/o” estão agregadas as demais categorias de relacionamento afetivo, como cônjuge, namorado/a e amante. Da mesma forma, na categoria “ex-companheira/o” foram agregados ex-cônjuges, ex-namoradas/os e ex-amantes. Na categoria “familiares” estão incluídas/os filho/a, enteado/a, irmã/o, parentes, pai, mãe, cunhada/o, padrasto, madrasta e sogra/o. “Pessoas de convívio interpessoal” referem-se a amiga/o, vizinha/o e conhecida/o. Já a categoria “pessoas de convívio de trabalho” inclui chefe/a e colega de trabalho.